

## POLÍTICA

*A crise e a inércia do governo aprofundam as divisões no Congresso. E Sarney pode ficar sozinho ao lado dos fisiológicos. (E por pouco tempo).*

# Covas: há um clima de rebelião.

Não se trata mais de discutir se o mandato do presidente José Sarney será de cinco ou quatro anos, mas de tentar assegurar pelo menos quatro anos ao presidente, sob pena de o PMDB perder uma oportunidade histórica de salvar o País do caos que se mostra cada vez mais claraemnte, e de ficar a reboque de um dear uma rixa existente entre os estudantes". "A briga é antiga", explica Ana Maria. "Mas desde terça-feira, devido à paralisação das aulas no Objetivo, mais meninos se juntaram ao grupo. O cole sentiu um verdadeiro clima de rebeldia em suas viagens ao Interior nos últimos fins de semana.

O agravamento da crise, a falta de autoridade do governo, a falta de definições para resolver questões como, por exemplo, a tendência à proletarização da classe média, segundo Covas, leva o PMDB a uma única saída: sustentar desde já a bandeira dos quatro anos para Sarney e evitar a precipitação dos a tendência à proletarização da classe média, segundo Covas, leva o PMDB a uma única saída: sustenatar desde já a bandeira dos quatro anos para Sarney e evitar a precipitação dos acontecimentos com o compromisso de realização de eleições presidenciais em novembro do ano que vem.

Fora disso, para Covas, quem se prejudicaria mais, além do partido, seria o próprio Sarney ameaçado de não conseguir chegar aos cinco anos de mandato, permanecendo iludido com a hipótese de um acordo nesse sentido. Para Covas, não há mais como segurar as críticas generalizadas ao governo e também fica difícil permanecer calado.

O parlamentar considera um erro de Sarney escorar-se no PMDB fisiológico em vez de tentar um amplo acordo com o PMDB ideológico, que poderia dar-lhe uma sustentação honesta, legítima e nada onerosa. Os fisiológicos, segundo previsão de Covas, depois de sugar de todas as formas o governo — conseguindo empregos, benesses e favores — serão os primeiros a trair o presidente, por simples questão de sobrevivência.

Nenhum grupo de apoio conseguirá, na opinião de Covas, segurar o clamor popular contra a permanência de Sarney por mais tempo do que a nova Constituição levará para ser promulgada. As mudanças não serão reclamadas, segundo ele, apenas pelos setores ditos progressistas e do operariado, mas também pela classe média e pelo empresário, pois todos estão sentindo o País mergulhar num poço sem fundo.

Com exceção do multipresidente Ulysses Guimarães, praticamente nenhum líder do PMDB esconde o ceticismo com os rumos do País, cada vez mais incontrolável em função da apatia do governo. Isso ficou claro durante reunião, anteontem, na residência oficial do ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães, que tratou também da situação do PMDB e das dificuldades dos trabalhos da Constituinte, além da crise sócio-econômica. Participaram, além de Magalhães, o ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, o governador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, Ulysses Guimarães, os líderes Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, José Richa, Luiz Henrique, Euclides Scalco, e um dos relatores da Constituinte, Arthur da Távola.

Ulysses foi especialmente alertado pa-



Covas



Maurício Fruet



Egidio F. Lima



Ulysses

ra o desastre que ronda o partido e de que a maioria não mais acredita haver condições para um mandato de cinco anos e muito menos para a sustentação do sistema presidencialista. Até mesmo importantes parlamentares do PMDB, que defendiam os cinco anos, mesmo contra a opinião pública, agora já admitem: a melhor solução seria Sarney aceitar eleições a 15 de novembro de 1988, inclusive para cortar pela raiz o movimento que já se espalha pela Constituinte, de diretas logo, ou seja, 120 dias após a promulgação da nova Carta. Isso seria perigoso, alertou Mário Covas.

## Convenção urgente

Uma prova da insatisfação no PMDB é a facilidade com que o presidente do partido no Paraná, deputado Maurício Fruet, conseguiu as assinaturas necessárias de convenções para provocar, automaticamente, a convenção nacional extraordinária, dias 27 e 28 deste mês, para decidir, entre outros assuntos, a duração do mandato presidencial e o sistema de governo. Fruet comunicou ontem à direção nacional ter ultrapassado as 297 assinaturas exigidas pelo estatuto, obtendo 309.

## Votação

De qualquer forma, o parecer do relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, deputado Egidio Ferreira Lima, começa a ser votado hoje, às 20h, estando garantida a aprovação do destaque estabelecendo cinco anos de mandato para Sarney, já que os constituintes fiéis ao governo estão com folgada maioria na comissão.

Egidio acatou poucas emendas ao seu relatório e manteve a implantação do regime parlamentarista, com mandato de cinco anos para os próximos presidentes da República e quatro anos para Sarney, especificado nas disposições transitórias.

O líder do chamado "centro democrático", que apóia Sarney, Expedito Machado (PMDB-CE), não tem nenhuma dúvida de que o parecer de Egidio será derrotado, devendo prevalecer a tese dos cinco anos de mandato. "Nós temos os votos e eles os gritos", disse Machado.

Algumas lideranças do PMDB, no entanto, acreditam que poderá ser adiada

qualquer decisão envolvendo a duração do mandato de Sarney, o que só seria definido na Comissão de Sistematização e no plenário, após negociações entre o partido e o Palácio do Planalto.

## Neopresidencialismo

Em meio a toda essa confusão, o presidente Sarney resolveu liberar os constituintes de sua confiança a introduzirem alterações substanciais na estrutura do Executivo e seu inter-relacionamento com os demais poderes, o que poderá mudar tudo o que há até agora nas comissões temáticas sobre a questão.

O modelo idealizado por Sarney prevê um primeiro-ministro por ele nomeado, cuja investidura dependeria do Congresso. As atribuições executivas do governo seriam repartidas entre o presidente, o primeiro-ministro e o conselho de ministros, sem prejuízo da unidade de chefia — Estado e governo — atribuída ao presidente.

Os principais articuladores do novo modelo são o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, e o líder do PFL, deputado José Lourenço, e seu perfil deverá ser desenhado ao longo dos trabalhos da Comissão de Sistematização e no plenário.

A prevalecer a tese, entre outras disposições, o presidente seria eleito por sufrágio universal e voto popular, direto e secreto, para mandato de cinco anos, vedada a reeleição, mas a figura do vice-presidente seria extinta. Na hipótese de vacância do cargo de presidente, nos últimos dois anos de mandato, o sucessor seria eleito indiretamente pelo Congresso. E por iniciativa do presidente da República seria aberta a possibilidade de consultas plebiscitárias.